

ATA DA REUNIÃO DA COMISSÃO TÉCNICA DA SEPOG com o SINDICATO ÚNICO DOS TRABALHADORES EM EDUCAÇÃO NO ESTADO DO CEARÁ – SINDIUTE E UNIÃO DOS TRABALHADORES EM EDUCAÇÃO.

Data: 03/02/2016 Horário: 16h Local: Paço Municipal

Aos três dias do mês fevereiro do ano 2016, V.Exa. reuniram para tratar da pauta de reivindicação aprovada pelo Trabalhadores em Educação a Comissão Técnica do governo municipal, o Secretario Felipe Nottingham e a assessoria jurídica composta com o Dr. Ramon Carvalho e Dr. David Duarte e SINDIUTE/UTE representando os trabalhadores em educação, presentes os diretores: Ana Cristina Guilherme, Gardênia Baima, Cecilia Vieira, Wellington Soares e Cândida Lobato.

A reunião foi proposta pela PMF para tratar da pauta financeira aprovada em assembleia 23/10/2015 e reivindicada pelo SINDIUTE/UTE, com os seguintes pontos:

- Reajuste do salarial de 11,36% percentual publicado pela portaria do MEC, para o grupo magistério ativo e inativo e funcionários de escolas;
- Pagamento das dividas relativas a retroativos de anuênios e abonos de férias relativas a janeiro/16;
- Convocação Imediata de Pecúnias;
- Destinação Integral do precatório do FUNDEF para educação, na seguinte proporção: 60% para o magistério e 40% para a manutenção, construção e compra de material didático pedagógico para as escolas;

A audiência foi conduzida pelo Secretario da SEPOG, Felipe Nottingham que apresentou os seguintes argumentos:

- Que a reivindicação relativa as divida pendente e que não foram adquiridas na gestão do prefeito Roberto Claudio relativa a **anuênios** significam o impacto financeiro de:

ANUENIOS	IMPACTO FINANCEIRO
Dívida de retroativos de anuênios de gestões passadas	R\$ 44.281.512,69

- Que a reivindicação quanto as dividas de pecúnias deve-se ao grande investimento da gestão de honrar com o pagamento das pecúnias deixadas pela gestão municipal anterior e que a PMF tem um calculo estimativo que a convocação de pecúnias possuem o seguinte impacto financeiro:

Pecúnias	IMPACTO FINANCEIRO
Convocação das vencidas	R\$49.288.000,00

- Que a questão referente as férias esta judicializada pelo SINDIUTE, que nunca havia sido paga, e que o impacto da concessão do abono de férias/16 causaria o seguinte impacto:

Férias Janeiro/16	IMPACTO FINANCEIRO
-------------------	--------------------

Pagamento do abono	R\$16.492.439,59
--------------------	------------------

E concluiu que ainda havia outros custos para a PMF relativos a:

Crescimento Vegetativo	31.794.011,49
Novos professores	56.030.253,97

E concluiu afirmando que a PMF pretendia pagar com os recursos do precatório do FUNDEF, e como a questão esta judicializada não poderia comprometer-se com esses gastos agora.

O SINDIUTE apresentou os seguintes argumentos:

- Que a PMF deve fornecer imediatamente a folha de pagamento do magistério com as rubricas discriminadas e a lotação do servidor;
- Que o crescimento vegetativo este ano é menor que o de 2015, visto que não há progressões como aconteceu em 2015 crescendo 4%;
- Que não se pode prevê gastos de pecúnias sem sequer convocar a adesão;
- Que os novos professores estão substituído os substitutos portando esses valores já estavam sendo pagos em 2015;
- E concluiu informando que a categoria não vai abrir mão do pagamento dessas dividas, mesmo porque a PMF já possui sentença judicial com obrigação de fazer cumprir na questão de anuênios e abono de férias de janeiro.
- Finalmente o SINDIUTE solicita a folha de pagamento do magisterio de dezembro/2015 e janeiro de 2016 especificado:
- Nome do servidor, cargo, data do ingresso, lotação 2016 e carga horaria e nível de carreira;
- Folha de pagamento com as rubricas VB, Anuenios, regência e permanência e gratificações;
- Relação das escolas, quantidade de turmas, números de alunos, e lotação de professores, e relação e função dos demais servidores lotados
- Relação dos servidores, cargos, função e gratificação dos servidores lotados nos distritos e SME
- Relação nominal dos servidores de Fortaleza a disposição de órgãos ou outras redes;
- Relação de todos os terceirizados, lotação, fonte de pagamento, custo;
- Relação dos Assistentes da Educação Infantil e lotação e folha de pagamento;
- Relação dos agentes administrativos da educação, lotação e folha de pagamento;
- E concluiu que a PMF não apresentou nenhuma comprovação destes números.



O Secretário então iniciou o segundo ponto: Reajuste de 11,36

Segundo o secretário a PMF enfrenta a grave crise que pode ser visualizada na diminuição de receitas no quadro comparativo abaixo:

Principais Fontes	Jan/15	Jan/16	Varição
ICMS	72.275.158,64	72.679.822,65	0,56%
FPM	68.682.249,50	60.153.122,62	-12,425
ISS	53.097.238,92	53.210.665,56	0,21%
IPTU	20.783.889,95	18.734.624,51	-9,96%
Total	214.838.537,01	204.778.248,34	-4,68%

E ao final informou que a PMF vai tomar medidas de contenção de despesas e redução de gastos na folha, que poderá cortar todas as gratificações, para garantir o reajuste, mas até a assembleia não há nenhuma proposta de reajuste. E apresentou os seguintes dados:

Folha do magistério	Mensal	Anual	Impacto de 11,36%
Fonte 104- FUNDEB	59.953.486,39	797.381.369,00	90.294.992,64
Fonte 101	47.979.731,49	638.130.428,75	72.261.510,75
Fonte 100	1.063.114,59	14.139.425,25	1.601.140,13

Concluiu solicitando do SINDIUTE prazo até que a PMF possa apresentar a política de redução de gastos a ser adotada.

O SINDIUTE encerrou a audiência comunicando que levaria para a diretoria e para a assembleia a proposta de GREVE por tempo indeterminada.